



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141001 - SP (2021/0004425-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : S R DE A A (PRESO)
ADVOGADO : ALEXSSANDRO REZENDE DA SILVA - SP161057
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : A S F
CORRÉU : D F DO N V
CORRÉU : S C DE S
CORRÉU : M V DA S B

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por S. R. DE A. A. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2197532-50.2020.8.26.0000).

A prisão preventiva do recorrente foi decretada pela suposta prática do crime previsto no art. 2º, parágrafos 2º e 4º, I, da Lei n. 12.850/13. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem contra a referida prisão cautelar foi denegado.

Sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva e a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar. Além disso, alega ser o recorrente integrante do grupo de risco em caso de contaminação pelo coronavírus.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente, com a concessão de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre

de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do acórdão recorrido, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 347/348):

"Por fim, no tocante à crise sanitária, é certo que o estado em que se encontra o país, apesar de extremamente preocupante, não isenta o impetrante de comprovação das suas alegações e de demonstração de que o paciente esteja em grupo de risco da doença ou, ainda, que teve negado o direito de tratamento de saúde no estabelecimento prisional em que se encontra.

Embora o impetrante tenha alegado que o paciente é portador de comorbidade que o coloca em grupo de risco da Covid-19, bem como tenha juntado declaração médica de que sofre de carcinoma, melanoma e neuralgia crônica por alojamento de projétil (fls. 7-8), não comprovou que não recebe o tratamento adequado no estabelecimento prisional onde se encontra recolhido.

Frise-se que a leitura integral e atenta da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça — inclusive de seus considerandos — revela claramente que não se trata, ali, de uma voz de automática e descomprometida soltura de todas as pessoas presas que se classificam nas categorias então nominadas. Cuida-se, isso sim, do reclamo, aos juízes com competência criminal, de exame cuidadoso e completo, caso a caso, para seleção das pessoas cujas condições subjetivas e situação processual indicam a possibilidade de antecipação desde logo de sua soltura, de sorte a reduzirem-se as tensões que a atual pandemia traz ao nosso sistema prisional. Tal, porém, não é o caso em foco, eis que a prisão cautelar se faz ainda estritamente necessária, não havendo no momento, por consequência, qualquer instituto legal a ser antecipado em favor do paciente.

Todavia, determina-se que seja oficiada a unidade prisional para apresentação de relatório médico, bem como informações quanto às condições do atual estabelecimento para prestação dos cuidados eventualmente necessários, devendo ser remetido o laudo atualizado ao

juízo do feito para suas considerações."

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente